

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 3

Aos sete dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária do mês de Fevereiro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Élio Manuel Delgado da Maia, António José Rangel Leite Ferreira, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Çonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues

da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, João Pedro Simões Dias, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da Costa Braga e Fernando António Portela Rocha Andrade.

Imediatamente a seguir retomou-se a apreciação e discussão do Plano de Actividades e Orçamento para 94.

PONTO Nº 2 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1994

ESPECIALIDADE

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Raul Martins, para lembrar que desde a última reunião foram distribuídos por todos os membros da Assembleia, alguns elementos relacionados com o documento em apreço. Por isso, disse que seria conveniente antes de se passar à discussão na especialidade, analisar os referidos documentos.

Tomando a palavra e dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa, disse que foi iniciativa da Câmara Municipal distribuir esses elementos e como tal, talvez seja provável que a Câmara queira tecer alguns comentários sobre os mesmos.

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara disse que não tinha comentários a fazer e que se entendeu perante algumas observações que foram feitas relativas ao orçamento distribuir esses documentos. Os referidos documentos contemplam praticamente só matéria do orçamento, entendendo que se houver comentários a tecer será na altura da discussão desse documento. Acrescentou também que foi preocupação da Câmara corrigir

algumas situações de ordem técnica e que a iniciativa foi dos próprios serviços da Câmara que no fundo são os responsáveis pela elaboração técnica dessa documentação.

Novamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins fez a seguinte intervenção: - " Recebi na passada sexta-feira alguns documentos que ainda não tive a oportunidade de analisar em profundidade mas que, à primeira vista, me parecem uma resposta às observações que fiz na nossa última reunião. Uma leitura rápida dos mesmos faz-me levantar os seguintes comentários:

1 - Os documentos mais não fazem do que confirmar, em absoluto, tudo o que aqui afirmei, reconhecendo os erros, corrigindo mapas e acrescentando outros que havia informado faltarem para cabal cumprimento da lei, na matéria.

2 - Porém, o reconhecimento da razão que me assistia não dissipa o sentimento de alguma tristeza que me envolvia e continua a envolver pois, parece-me que o fundamental na minha intervenção - o seu sentido pedagógico - foi esquecido.

Assim, se recordarmos os factos, na passada reunião peguei nalguns exemplos retirados do projecto do Plano de Actividades e Orçamento para 1994 para tentar provar, como parece ter acontecido, que os documentos tinham sido feitos de forma desleixada e não cumpriam o estabelecido na Lei.

A comprovação destes factos deveria ter merecido do Sr. Presidente da Câmara uma resposta clara que, no meu entender, deveria ter passado pela imediata retirada dos referidos documentos para correcção e reestruturação, por forma que a discussão política que nesta Assembleia devem originar, fosse assente num documento homogéneo e formalmente correcto.

Pelo andar da carruagem arriscamo-nos que o projecto de Orçamento e Plano de Actividades venha a ser uma manta de retalhos de duvidosa compreensão. Como exemplo chamo a vossa atenção para o facto do Anexo VIII, Fl. 61 ter sido substituído sem que aqui se tivessem feito observações à sua inexactidão. Desta forma foram feitas algumas correcções. No entanto se atendermos que a Matemática é uma ciência exacta não está ainda completamente correcto. Pode-se argumentar que o erro é mínimo; mas que existe existe.

Uma vez que nos termos dos artigos 3º e 23º do D.Lei 341/83 esta Assembleia aprova ou não aprova os projectos de Plano e Orçamento não podendo introduzir alterações mas apenas sugeri-las eu permitia-me introduzir

nesta discussão este facto no sentido de, em colectivo, definirmos a metodologia que possa ser a mais correcta e a mais célere no sentido de permitir a aprovação dos projectos com o mínimo de inconvenientes.

3 - Como se pode ler nos pontos 1º, 2º e 3º dos considerandos do documento agora apresentado "as minutas do Plano de Actividades e do Orçamento foram elaboradas pelos Serviços Municipais respectivos nos termos legais (...) e depois de aprovados foram elaborados (?) em processador de texto, com as necessárias adaptações, tendo em vista permitir-se uma melhor leitura e manuseamento dos mesmos". Como muito bem se conclui este procedimento não contém ilegalidades que ponham em causa a aprovação desses documentos.

Desta forma caracteriza-se o sucedido como uma simples e inocente falta de um ignoto e ignaro operador informático que passou os textos com erros e omitiu partes dos documentos devidamente elaborados e em devido tempo aprovados pelo executivo.

Com a frontalidade que todos me conhecem gostaria aqui de perguntar aos Snrs. Vereadores da CMA se, até ao dia 8/2/1994 que é indicado como sendo a data em que aprovaram o orçamento, tinham porventura visto e analisado, por exemplo, o mapa dos encargos anuais a satisfazer com a liquidação de empréstimos ou o mapa das transferências para as Freguesias, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais que agora nos foram enviados.

4 - Penso ter ouvido ao Sr. Presidente da Câmara a afirmação que me tinha limitado a tecer considerações de formal e não havia feito quaisquer considerações de carácter político. Engana-se rotundamente.

Podendo-me ter servido de outros exemplos perguntei a Vª Exª a que correspondiam os vultuosos valores inscritos na rubrica 07.03 - Outras Despesas Correntes nas Despesas Correntes de Turismo.

Como já havia pressentido e o Snr. Presidente veio a confirmar trata-se da inscrição de verbas a serem utilizadas em alterações orçamentais que seja necessário efectuar ao longo do ano.

O considerando político que Vª Exª não captou mas que era inerente à minha pergunta prende-se com o porquê da inclusão desta verba (que pelo que foi dito é uma verdadeira dotação previsional) no Turismo.

Porque, não fora a inclusão deste valor e o total das despesas correntes previstas para o Turismo seria de 4.260 contos. Se retirarmos os

valores das outras rubricas - outros ficamos com uma previsão de despesas correntes com Turismo de 2.660 contos o que num orçamento superior a 5 milhões e 364 mil contos e para um pólo de atracção turística como é o concelho de Aveiro é, no meu entender manifestamente pouco.

Outro aspecto que disse me intrigava prendia-se com o facto do antigo mapa de transferências para as freguesias apenas mostrar as verbas do F.E.F. não mencionando as agora mencionadas nos pontos 2 e 3 do Anexo XII (p. 65) no montante global de 27.847 contos correspondentes a mais ou menos 24% verbas distribuídas pelo F.E.F. que como é dada uma explicação, "venham a ser decididas ao longo do ano como sejam as relativas às delegações de competência". Será que não se encontram nestes montantes até agora pouco visíveis as razões profundas de algumas fidelidades políticas e quiçá a surpresa de algumas votações desta Assembleia?

Finalmente e com todo o respeito que o lugar e a pessoa me merecem quero aqui apresentar uma crítica ao Sr. Presidente da Mesa.

Esta crítica prende-se com o facto dos documentos distribuídos não terem sido acompanhados com a cópia do ofício, carta ou cartão pessoal do Sr. Presidente da Câmara que acompanhava os documentos que V^a Ex^a mandou distribuir. Não o fazendo lançou V^a Ex^a a suspeita de que o Sr. Presidente da Câmara se poderia ter tentado eximir da sua responsabilidade deixando aos serviços o ónus da culpa dos erros e omissões dos projectos iniciais.

Como temos a certeza que tal não poderia ter acontecido pois a culpa deve, no nosso entender e cremos que no entender do nosso Presidente da Câmara ser assumida pelos chefes e não assacada aos electricistas se me é legítimo comparar este caso a um recente e trágico acidente e para que não possam subsistir quaisquer dúvidas solicito ao Sr. Presidente da Mesa que imediatamente após a minha intervenção transmita a esta Assembleia o teor do referido ofício".

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Jorge Nascimento e Ernesto Barros.

Usando da palavra o Presidente da Mesa, esclareceu que os documentos distribuídos foram difundidos a solicitação verbal do Sr. Presidente da Câmara e que os mesmos se prendem com a explicação de um ponto que estava em discussão nesta Assembleia.

Ainda no uso da palavra, chamou atenção do plenário para a necessidade de se entrar na discussão dos objectivos e nessa altura discutir-se então todos esses pontos que eventualmente ainda estejam pendentes depois desta larga discussão do Plano de Actividades na sua globalidade, pois caso contrário corre-se o risco de não se conseguir avançar com a discussão do Plano e consequentemente atrasarem-se os trabalhos.

Seguidamente no uso da palavra a Vogal Virgínia Veiga, começou por louvar o trabalho de tentativa aparente de esclarecimento que foi dado pelos serviços administrativos, salientando porém que na parte que lhe respeita, os esclarecimentos tinham sido dados já anteriormente e portanto em sua opinião foi uma questão de pôr o "preto no branco". Prosseguindo, disse que pretendia saber por uma questão de clareza e objectividade, se o documento agora distribuído foi analisado em reunião de Câmara e qual a votação que obteve e ainda se o mesmo faz ou não parte daquilo que se vai hoje aqui discutir.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por esclarecer que o dito documento não foi analisado em reunião de Câmara e que o mesmo surge na sequência daquilo que se passou na Assembleia. Disse ainda que em conversa com os serviços se chegou à conclusão que talvez fosse útil fazer esse esclarecimento. Acrescentou ainda que o esclarecimento que agora é dado, não implica qualquer alteração ao documento inicial e daí não ter sido o mesmo submetido a reunião de Câmara.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Vitor Mangerão, começou por dizer que pessoalmente considera os documentos agora distribuídos como não relevantes para a discussão do Orçamento e até como não recebidos e isto por razões puras e simplesmente formais, por razões que se prendem à legitimidade de quem os envia e aos direitos de quem os recebe. Acrescentou ainda que, seja qual for o contexto que tenha precedido o envio destes "papéis" mesmo ressaltando todas as boas intenções da Câmara etc., enquanto membro da Assembleia Municipal não tem que ler "papéis" mandados ao arrepio de todas as regras estatutárias, assinados por uma Direcção dos Serviços dos Administrativos.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Branco Pontes e Victor Martins.

Imediatamente a seguir passou-se à discussão dos objectivos do Plano de Actividades:



OBJECTIVO 01
EDUCAÇÃO E ENSINO
PROGRAMA 02
ENSINOS PRÉ-PRIMÁRIO E PRIMÁRIO

Feita a apresentação deste objectivo à Assembleia Municipal pelo Vereador Celso Santos e aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para referir que no ano transacto a Câmara inscreveu relativamente à Escola de Santiago 24 mil contos, que essa verba não foi gasta, este ano aparecem de novo 24 mil contos, querendo saber se se trata da mesma coisa. Ainda relativamente à Escola de Santiago, quis saber se a mesma vai ser um modelo igual a muitas outras ou se vai ser de facto uma Escola "sui generis", de forma a ter-se em conta os potenciais frequentadores da mesma, tendo em conta também a necessidade sobretudo de incutir uma ambivalência no sentido de para além do estudo, para além do ensino propriamente dito, incluir uma nuance de ocupação de tempos livres tendentes a despertar num certo tipo de crianças uma aptidão para certo tipo de profissões.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por referir que há uma grande redução no orçamento para este ano de 94, comparado com 93. Isto porque para 93 foram orçamentados mais de 800 mil contos e para 94 apenas 324 mil contos. Poder-se-á argumentar que este diferencial se deve fundamentalmente à conclusão da obra da C+S de S. Bernardo. Chamou atenção no entanto que não é apenas essa a quebra que existe; se formos ver as rubricas há reduções no orçamento para a compra de equipamentos, para material didáctico da pré-primária, para reparações dos edifícios existentes no ensino básico, na aquisição de equipamento para o primeiro ciclo do ensino básico. Significa isto que toda uma série de rubricas que são fundamentais para o desenvolvimento da acção educativa no ensino

pré-primário e no primário são objecto de cortes orçamentais que nalguns casos são de 50%. Saliu portanto, que não se pode atribuir apenas à conclusão da obra da C+S, a justificação destas questões. Disse também que não se prevê qualquer agravamento nos Transportes Escolares, quando a tendência é sempre um agravamento em termos orçamentais e aquilo que é programado este ano é exactamente igual àquilo que estava programado no ano anterior.

Continuando no uso da palavra, considerou que instalações condignas, apoio adequado em material didáctico, apoio em equipamentos, são fundamentais para o ensino de qualidade. Além das questões orçamentais, disse pensar que é importante por altura da discussão do Plano de Actividades, lembrar algumas questões políticas que se colocam no âmbito da Educação e Ensino, que não têm propriamente expressão orçamental, mas que entende fundamental e importante que sejam levantadas e que a Câmara se pronuncie em relação a esses aspectos. Prosseguindo, disse que constava no ano anterior que as matérias do 7º 8º e 9º anos de escolaridade iam deixar de ser lecionadas nas Escolas da cidade, considerando importante que a Câmara nas suas relações com a DEREK interviesse, no sentido de manter pelo menos uma destas Escolas com a continuação do 7º 8º e 9º anos de escolaridade.

Relativamente à desactivação da Escola Homem Christo, solicitou esclarecimentos relativos a esta questão.

No que respeita ao equipamento de material didáctico e à sua contemplação no orçamento, entende que deveria de haver um diálogo maior entre a Câmara, Associações de Pais e Conselhos Directivos.

Finalmente e no que se refere à questão da criação do Ensino Politécnico e à instalação de uma Escola de Enfermagem, disse que em relação a esta última, trata-se de uma questão repetidamente colocada pelo PCP e assumida pelo PCP como uma necessidade para o Concelho de Aveiro, todavia não está nada previsto no Plano em termos de rubricas ou de verbas que corresponda a essa vontade política, perguntando nomeadamente onde é que a Câmara pretende incluir por exemplo a compra de terrenos para poder avançar com estes projectos.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse que relativamente à questão do Politécnico, que o mesmo é um desafio para este ano como forma de completar todos os estádios do ensino no concelho de Aveiro, tendo-se efectuado já diligências nesse sentido. No que se

refere à Escola de Enfermagem e à aquisição de terrenos para o efeito, disse que a mesma ficará situada em Santiago num terreno contíguo às Piscinas, estando a Câmara a fazer diligências para a sua aquisição. Acrescentou que a Câmara vai lutar pela sua criação e que não apareceu orçamentada qualquer verba porque prevê que o contributo da Câmara, seja tão somente a entrega do terreno e como o terreno está já infraestruturado não tem a Câmara que dispende qualquer verba.

Também no uso da palavra o Vereador Celso Santos, disse que relativamente à questão da Escola de Santiago, não se trata de nenhum projecto que se possa considerar fora do vulgar, todavia o mesmo foi estudado tendo em conta o local onde esse edifício se vai inserir. Numa primeira fase a verba de 24 mil contos, destina-se à construção de salas de aula e outras instalações, mas no seu global vai inserir espaços destinados a tempos livres, um Pavilhão Polivalente, em que possa ser feita a prática de Educação Física e simultaneamente de refeitório, vai ter sala de atendimento para os pais e irá ter também uma sala para crianças deficientes, pensando por isso que o mesmo vai responder às preocupações aqui postas.

No que se refere à redução orçamental em termos de educação, disse que a mesma resulta da construção das duas Escolas C+S. Resulta também do facto de já não ser o PRODEP, mas sim o PIDAC, sendo o equipamento totalmente colocado pelo Ministério da Educação. No que respeita aos Transportes, é um pouco o resultado da construção das duas C+S e que naturalmente irão até diminuir ainda bastante, na medida em que deixou de haver tanta população escolar a ser transportada, pese embora o aumento das tarifas que os Serviços Municipalizados vão actualizando. Em suma é essa a verba que está prevista e que a Câmara pensa que irá suportar as despesas dos transportes escolares.

Novamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, disse que aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente, relativamente à questão da cedência dos terrenos para a Escola de Enfermagem, não é possível em termos de contabilidade pública, já que nos orçamentos vigora o princípio da universalidade, isto é: todas as verbas têm que constar do orçamento, ou seja não pode haver despesas nem receitas à margem do orçamento. Portanto se o Sr. Presidente estava a pensar em ceder terrenos para uma Escola de Enfermagem, devia ter obviamente inscrito no orçamento essas verbas.

Usando também da palavra o Vogal António Salavessa, começou por dizer que a intervenção do Vereador Celso, não o satisfaz, já que este Vogal tinha dito que a redução das verbas para a educação não eram justificadas apenas pelo fim da construção da escola C+S Glória/S. Bernardo, disse que também havia outras reduções que tinham um significado que também contestou e que foi a redução da verba para aquisição de equipamentos do ensino-pré primário, que diminuiu 500 contos; a diminuição da verba para a aquisição de material didáctico do ensino pré-primário que reduz 500 contos; as reparações em edifícios existentes que diminuem 1000 contos; a aquisição de equipamentos para o 1º Ciclo do Ensino Básico que reduz 1500 contos. Portanto não se aproveitou a diminuição dos encargos com a construção da Escola C+S, para aumentar alguma coisa a estas rubricas, que têm todas elas em sua opinião grandes necessidades.

Usando novamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, disse que relativamente á questão da cedência do terreno para a Escola de Enfermagem, não há despesas, há a entrega apenas de um terreno não tendo por isso em sua opinião qualquer influência no orçamento.

No uso da palavra o Vogal Olinto Ravara, disse não comungar da opinião expressa pelo Sr. Presidente da Câmara no que respeita à matéria agora abordada. Prosséguido, disse que gostaria de ver esclarecida nesta Assembleia uma questão que é extremamente importante e na qual disse ter estado pessoalmente envolvido e que é concretamente a questão da Escola Secundária Homem Christo. Isto porque se é verdade que o Sr. Presidente vai buscar uma referência ao Sr. Primeiro Ministro para a criação do Politécnico em Aveiro, dizendo que há vontade política para o fazer e fundamenta a sua perspectiva nisso, também é verdade que de facto tanto o Ministro da Educação na Assembleia da República, como o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos na sua e na minha presença e na de muita gente, disse claramente que a Escola Secundária Homem Christo não ia fechar, dando uma interpretação ao protocolo que foi assinado entre a Câmara e a DEREK que não é mínimamente condizente com aquela interpretação que é feita pela Câmara Municipal e se calhar também pela DEREK, sendo bom que isto se esclareça, porque de facto acha que há um governo, há quem mande e portanto não podemos continuar a incutir junto da população e nomeadamente junto da Escola a ideia de que a Escola Secundária Homem Christo vai ser desactivada pelo menos a longo prazo. Isto não é verdade. Disse reafirmar aqui perante a

Câmara e perante a cidade de Aveiro que isso não é verdade, o que está previsto é efectivamente a desafecção do 8º 9º e 10º anos, ficando a funcionar puramente como Escola Secundária e apostada na área tecnológica, sendo esta a realidade.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por dizer que a vontade política do Governo se traduz por protocolos e acordos, sendo esta do seu ponto de vista a melhor forma de estabelecer a vontade política, os protocolos estão assinados entre a administração central e local e mantêm-se uma vez que não foram revogados.

OBJECTIVO 02
CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES
PROGRAMA 01
CULTURA

Entretanto entrou na sala o Vogal Libério da Silva Santos.

Feita a apresentação do objectivo supra pelo Vereador Celso Santos, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos para referir que o objectivo em apreço apresenta uma série de virtualidades e de ideias. Todavia ao transpôr-se isso para a realidade, para a sua execução prática, verificar-se-á segundo este Vogal que de facto também aqui se trata de uma transição, aliás como foi classificado todo o documento pelo Sr. Presidente da Câmara e como está escrito na introdução do Plano. Transição neste objectivo significa ambiguidade, citando como exemplo o caso do designado Museu Municipal; diz-se que se trata de um Museu que irá ter vários núcleos várias vertentes várias áreas aponta-se a cidade, a história da cidade, a Ria, a República. Prosseguindo, disse que a questão do Museu da República, suscita-lhe uma pergunta muito concreta à Câmara, já que toda a página página em que este texto está inserido é em sua opinião, de uma ambiguidade tremenda. Um Plano desta natureza implica que se façam efectivamente opções e aqui não existem opções; há apenas um conjunto de ideias. Fala-se aqui na oportunidade da doação à cidade de um considerável espólio ligado à República. Prevê-se portanto que irá surgir a hipótese de uma doação e deixa-se em aberto a

hipótese de ser um Museu da República. Para este Vogal, a questão tinha que estar já definida, tinha que haver já uma opção clara neste documento e de facto ela não existe.

Abordou também a questão do Arquivo Municipal, dizendo que também aqui reina a ambiguidade, importando saber se se vai dar tratamento aos documentos que têm que integrar um determinado Arquivo Histórico ou se vamos dar um maior tratamento àquilo que aqui se diz "Arquivos mortos" o que é isso de "Arquivos mortos?"

Relativamente à ideia das explanadas "Animação", também aqui estamos a jogar com palavras, pois não é possível colocar explanadas perto da Ria, sem se alterar a Tabela de Taxas, e neste documento não se prevê minimamente alterar taxas, portanto estar-se a falar em animação de explanadas sem resolver primeiro um problema prévio, é estar a brincar com as palavras, é jogar na transição, em suma na ambiguidade.

A finalizar lamentou que o documento tenha este risco de ambiguidade porque há aqui um conjunto de ideias, há um conjunto de virtualidades que permitiria de uma vez por todas a Aveiro no Plano Cultural dar o salto que merece e que de facto todos os municípios estão de uma vez por todas à espera.

No uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, referindo-se à questão do Museu Municipal, disse tratar-se de um problema que se arrasta há anos e que há uma indefinição completa nesta matéria. Lastimou que ainda não seja desta vez que tem razões para acreditar que se tomou uma opção clara e definitiva relativamente a este problema. Prosseguindo, disse que em sua opinião nada impede que no mesmo edifício ou na mesma instituição, fisicamente ligados ou separados, sejam englobadas áreas tão distintas de Museologia como estas temáticas : Ria/ Cidade/República. Simplesmente não é "pincelando" a coisa desta maneira que nos podem propôr uma opção dessas. É óbvio que em termos de qualidade e certamente em termos de técnicas e em termos até de ocupação de espaços e de adaptação desses espaços é completamente diferente, o Museu da Ria do Museu da Cidade, do Museu da República, sobretudo se se souber em pormenor em que é que consiste esta ideia do Museu da República.

Seguidamente lançou um desafio à Câmara para que agarre e levante a ideia do Museu da Ria, naquilo que a Ria diz respeito a esta cidade e a este concelho e que esse Museu da Ria comece precisamente pelas salinas

envolventes da cidade. Porém disse não ver essa preocupação, aqui expressa pois a aquisição de uma salina como se fosse uma grande coisa não diz nada, tem que haver maior ambição, não quer dizer que a aquisição de um maior número de salinas seja comportável ou que seja um Plano para médio prazo, mas tem que ser lançado um desafio nesse aspecto, pois não vê como é que possa haver Museu da Ria, se o ambiente da Ria que marca "ex libris" desta cidade é ele próprio menosprezado, mal utilizado e se calhar até condenado por iniciativas partindo da própria Câmara.

Continuando no uso da palavra e no que se refere aos espaços Culturais, disse que muito embora na introdução o documento não faça qualquer referência à aquisição do Teatro Aveirense, é óbvio que na previsão de despesas a fazer neste sector vêm 70 mil contos pré-disponíveis para a possível futura aquisição do Aveirense. Acrescentou que não iria discutir os critérios de aquisição do referido imóvel, mas das duas uma, ou a Câmara Municipal de Aveiro arranja espaços culturais, porque a comunidade aveirense **transborda de actividade cultural e precisa, merece e é justo que se invista em espaços culturais**, ou então a Câmara Municipal de Aveiro, vai ter de fomentar muito a actividade cultural da comunidade local para encher tantos espaços culturais. Isto porque uma coisa que disse ainda não ter visto foi a apresentação em metros quadrados e em finalidades de utilização, para todos esses espaços culturais somados e que são Teatros Aveirenses, Centro de Congressos, mais zonas de beira-mar, mais casas a adquirir fora as que já estão adquiridas, mais todos os espaços polivalentes que por aí há. Querendo saber onde é que está o estudo pertinente, fundamentado, inteligente e sobretudo feito por quem sabe destas coisas, que justifique todo este panorama de futuros espaços culturais da cidade?

Finalmente quis saber também qual o ponto da situação relativamente ao Centro Cultural de Congressos.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por dizer que comparando o programa de cultura deste Plano com programas anteriores, reconhece-se que, ou por resultado das contínuas intervenções dos membros deste órgão ou por achegas de muitos outros elementos da comunidade aveirense, há uma pequenina revolução cultural neste Plano de Actividades. É uma revolução cultural quantitativa com a duplicação das verbas para o programa, havendo também uma pequenina revolução cultural na forma de apresentar objectivos para médio e longo prazo.

Todavia, isto não significa que satisfaça, pois considerou que há ainda um caminho muito grande a percorrer para que haja um bom Plano de Actividades na área da Cultura, no concelho de Aveiro.

Registou ainda com agrado a ideia da renovação da Comissão Consultiva de Cultura, entendendo no entanto que essa renovação deve de ser feita em conjugação e no entendimento com todos os agentes culturais do concelho, envolvendo-os na definição daquilo que deve ser essa Comissão, no seu papel, nos seus objectivos, no seu contributo em relação à acção da Câmara. É sabido que a C.D.U., defende a realização de um encontro concelhio dos agentes culturais, parecendo-lhe portanto que a Comissão Consultiva de Cultura poderia resultar de um encontro deste tipo.

Prosseguindo, disse já não partilharem de euforia em relação aos novos espaços culturais que são citados, o Centro de Congressos é sabido está parado, levantam-se muitas dúvidas quanto à real eficácia do Centro de Congressos como espaço cultural; pois há quem diga que o espaço para a Cultura é demasiado rígido que não dá grandes possibilidades para determinado tipo de eventos culturais e que portanto não vai resolver a esse nível; tal como o Teatro Aveirense também não tem essa capacidade, podendo-se por isso chegar ao absurdo de aumentar em muito e cada vez mais o espaço dito próprio para a actividade cultural, continuando a não existir no concelho um autêntico auditório polivalente que possa dar resposta a diversos tipos de actividades culturais num só espaço, reduzindo custos etc, sendo portanto uma questão que tem que continuar a ser analisada.

Relativamente ao Museu Municipal, começou por dizer que não dominava estas questões, mas que como ponto de partida não lhe parece absurdo pensar num espaço, num Museu que seja um Museu aberto que seja multipolar e que dê resposta em diversos locais do concelho a diversos aspectos da actividade, tal como também não põe de lado a ideia de uma única sede que conseguisse conjugar todos estes aspectos. Portanto à partida não lhe parece que a questão da solução técnica para o Museu Municipal seja a questão central, é importante que exista a vontade política de avançar para a concretização do Museu Municipal e que se dêm passos quer no sentido da história de Aveiro, quer da Ria, quer do Museu da República, aproveitando essa hipótese de espólio.

A questão do Museu da Ria, devia ter uma componente de Museu vivo, isto é com desenvolvimento de actividade com a manutenção de actividade

de uma salina, essa questão poderia ter sido referida numa passagem da introdução deste Plano, já que a mera inclusão da compra de uma salina, não significa em sua opinião, essa vontade política.

Quanto ao Museu da República, disse que há mais espólio nesta área na cidade de Aveiro, há pessoas particulares que têm elementos importantes para um Museu que pode-se chamar da República e da Democracia, mas para que essas pessoas que detêm elementos importantes da história de Aveiro nestes últimos anos, dêem o seu espólio ao Município, têm que ter a garantia de que aquilo que dão ao Município não vai parar a caixotes, não vai parar à torre da Câmara, ficando sem qualquer utilização. Acrescentou ainda, que o ano em curso pode em sua opinião ser um ano de reencontro da autarquia aveirense com a tradição liberal e democrática do concelho, no Plano da actividade da Câmara, poderia ter sido considerada uma evocação adequada dos 20 anos do 25 de Abril e essa homenagem devia evocar todos os percursores que neste concelho existiram em relação ao 25 de Abril, não esquecendo nomeadamente **Mário Sacramento**, sobre cuja morte se completa no dia 27, 25 anos.

Relativamente ao Património, considerou que o Município de Aveiro poderia dar um passo em frente na inventariação do património de interesse municipal. Considera que é lamentável que durante o mandato anterior apenas dois imóveis tenham vindo a esta Assembleia para serem considerados património de interesse municipal. A Câmara deveria de ter a iniciativa de inventariar tudo aquilo que no concelho existe de interessante neste plano.

Finalmente e no que se refere às exposições, disse que a transformação da Bienal de Cerâmica em Bienal de expressão artística, levanta-lhe algumas dúvidas, já que não sabe se o prestígio da Bienal de Cerâmica em Aveiro se deve exactamente ao facto de ser uma Bienal específica com uma área determinada e transformando-se a Bienal de Cerâmica numa Bienal de Artes Plásticas, corre-se o risco segundo este Vogal de passar a ser mais uma, como há em muitas outras localidades do País, mantendo por isso dúvidas sobre se vale a pena ou não alterar.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Manuel António, para salientar que tem que haver áreas de intercepção entre a Cultura o Desporto e Tempos Livres e segundo este Vogal isso só é alcançado, quando houver à criação de uma zona que seria de lazer, onde estas três actividades pudessem

existir. Prosseguindo, disse que se falou na existência de muitos espaços culturais, todavia não vê tendência neste Plano, por exemplo para a criação de um espaço de lazer que podia ser utilizado para muitas outras actividades, nomeadamente animação cultural para os espaços culturais, a própria Pista de Skate, que pensa que devia estar integrada num espaço Cultural onde toda a gente pudesse participar e ver e não propriamente metida num "ghetto" como está; portanto num local onde existissem bares, explanadas e restaurantes. Acrescentou também a título de exemplo que o Museu Municipal poderia estar integrado numa zona deste tipo.

Continuando no uso da palavra, considerou que falta neste Plano, principalmente quando em Aveiro existe uma população estudantil bastante elevada e que tem tendência a aumentar, a necessidade da criação de uma zona onde a população jovem possa exprimir-se e associar-se livremente e passar algumas horas da noite sem perturbarem todos os outros cidadãos que pretendem trabalhar e estar sossegados. Essa zona passa pela criação desse espaço que pensa que deveria de estar associado à Ria, às marinhas que se pretendem adquirir; faltando portanto neste Plano esta dimensão de integração de todos estes programas que são a Cultura desporto e Tempos Livres.

A finalizar, solicitou esclarecimentos relativamente à construção de um "Kartódromo", que vem também mencionado no Plano.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por dizer que nota com agrado o progresso em termos de preocupações culturais que a Câmara exprime através deste documento, todavia disse que não se iria referir uma vez que já foi suficientemente elucidado pelo seu colega de bancada Vitor Mangerão, a esta verdadeira "indigestão" de espaços culturais que a Câmara pretende dar aos cidadãos aveirenses. Disse que se iria referir apenas a um pormenor que do seu ponto de vista lhe é particularmente relevante e que é concretamente a aquisição do Teatro Aveirense. Segundo este Vogal o referido Teatro deve a todo o custo ser preservado, isto porque tem todo um passado histórico importante, preservado porque tem condições particularmente favoráveis para manifestações artísticas, nomeadamente a dimensão do palco que não é comum mesmo a nível do País, são as esplêndidas condições acústicas do próprio Teatro, portanto há que o preservar. Interroga-se no entanto é se a globalidade do encargo de que se tem ouvido falar (300 mil contos) não será um exagero ou uma má afectação dos dinheiros públicos, ainda que uma parcela desse encargo seja suportada pela Secretaria

de Estado da Cultura. Entende que são dinheiros públicos que estão em jogo e os 70 mil contos previstos para este ano no orçamento representam cerca de 2% do orçamento total da Câmara. Pelo que pretendeu saber se não será possível encontrarem-se outras alternativas para a continuação da utilização do Teatro Aveirense, bem como se não será possível a Câmara continuar a assegurar todo o trabalho de conservação do dito Teatro, sem quaisquer encargos para os proprietários e ainda se não será possível respeitando as legítimas expectativas dos proprietários, os mesmos continuarem a alugar a sala quando se pretenda nela realizar qualquer tipo de manifestação cultural ou artística.

Assim e a finalizar, salientou que do seu ponto de vista não se deve adquirir o Teatro Aveirense e que a persistir essa intenção de aquisição, a sua intenção ao votar o Plano pode ser condicionada pela manutenção ou pela retirada desse objectivo.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Peixinha, começou por referir que na área do Desporto não se verificam alterações, já que de todos os problemas que nos últimos anos foram levantados nesta Assembleia, nada consta no Plano. Ninguém está contra a construção dos recintos Polivalentes; perguntou no entanto qual a utilização que os mesmos têm tido e que apoio é que as Juntas têm dado para a utilização dos mesmos. Considerou que os referidos recintos construídos nas áreas das freguesias terão muito mais utilização a partir do momento em que a própria Câmara crie estruturas a nível desportivo, passando isto ainda pela contratação de um animador desportivo que elaborasse um programa para a utilização dos ditos recintos, pois de contrário não terão utilização possível. Disse também que é natural que não funcione o chamado desporto escolar que atendendo à localização dos mesmos poderia dar uma certa actividade, mas acontece que realmente julga que os mesmos estão um pouco parados.

Prosseguindo, disse continuar a faltar neste programa e em Aveiro uma grande sala de visitas para o desporto ou seja o grande Pavilhão que a cidade há muito necessita e que realmente não aparece.

Relativamente à construção de um Parque de Campismo em Aveiro, disse que mais uma vez o Plano nada contempla neste aspecto.

No que se refere ao Estádio Municipal Mário Duarte, disse que os melhoramentos feitos naquele recinto, nomeadamente o arrelvamento do campo de treinos não trouxeram contributos significativos.

Finalmente e no que se refere à recuperação da Pista do Rio Novo do Príncipe, é de opinião que a Câmara deve apoiar o mais possível a concretização desse objectivo.

Seguidamente o Vogal João Barbosa, quis saber quando é que a Freguesia da Vera-Cruz será contemplada com um Pavilhão Gimnodesportivo, sabendo-se como se sabe que a Câmara está em negociações com o INATEL e sabendo-se também que o referido Pavilhão já não vai para o local anteriormente indicado, pelo que perguntou se não será possível localizá-lo numa das zonas da Vera-Cruz.

Usando da palavra o Vogal Armando Vieira, disse que no que se refere à construção e reparação de recintos desportivos, não estão identificados os locais onde os mesmos vão ser feito. Quis saber também onde é que vão ser construídos os Pavilhões Polivalentes nos estabelecimentos de Ensino C+S, já que a C+S de Oliveirinha foi a primeira a ser construída, entendendo por isso que deverá de igual modo ser a primeira a ser contemplada com essa infraestrutura.

Finalmente lamentou o facto de não ter sido incluída qualquer verba para a recuperação da Pista de Oliveirinha.

Também no uso da palavra o Vogal João Tavares, falou de várias carências na área deste objectivo para a freguesia de Esgueira.

No uso da palavra o Vogal Diogo Machado, disse que o Plano nesta área não é ambíguo conforme outros deputados o fizeram crer, pensa que o mesmo é uma aposta defendida nas potencialidades culturais e sociais das gentes do concelho de Aveiro, pensando ainda que a verdadeira cultura reside em ideias alargadas e de futuro e não em tacanhez de espírito.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim Abreu.

No uso da palavra a Vogal Virgínia Veiga, referindo-se à animação cultural da cidade, disse ficar seriamente magoada na medida em que tudo indica que Aveiro vai ficar na mesma. Em sua opinião é um Plano cujos resultados terão que se aguardar, todavia, assusta porque não se pode ver este objectivo desenraizado dos outros pontos do Plano e muito menos naquilo que parece vir a ser a versão do Plano Director Municipal. Em suma, disse tratar-se assim, de uma animação profundamente desanimadora a vários títulos e especificamente nota-se uma filosofia relacionada com aquilo que já foi afirmado várias vezes de que se está numa fase de construção. Do seu ponto de vista, em Aveiro está-se há muito tempo na fase de edificação que é

diferente da fase de construção, edificando-se sucessivamente, não se construindo nem se animando. Prosseguindo, salientou que uma animação faz-se com pessoas, no entanto não se pode estar à espera que elas tomem essa iniciativa. Especificamente não se toma em consideração em ponto algum a animação fulcral que esta cidade deve ter em atenção a uma população muito específica. Continuando no uso da palavra citou por exemplo o caso da cidade de Coimbra que toma em atenção estas coisas nas suas várias vertentes, seja a da sua população universitária estudantes/professores, bem como o caso das famílias que vêm de muito longe para dentro da cidade.

Prosseguindo, referiu que se falou de explanadas e de animação de explanadas, falou-se de Museus e na Pista do Rio Novo do Príncipe; nestes três aspectos em relação às explanadas, disse que pretendia chamar atenção para os edificadores desta cidade para não continuarem a aprovar projectos que pura e simplesmente impeçam as pessoas de terem verdadeiras explanadas e pura e simplesmente lhes arranjam espaços onde se situam em cima dos automóveis, sendo portanto isto um aspecto que Aveiro tem que passar a tomar em consideração. Outro aspecto ainda é que as nossas explanadas também não são iguais aos outros lados e não se pode construir qualquer espécie de explanada, tem que se tomar em consideração na tal edificação o vento, para que a explanada possa ter animação e permitir essa animação. Cacia por exemplo podia ser um pólo enorme de animação desta cidade com a Pista do Rio Novo do Príncipe, todavia as verbas para esse fim são exíguas, dá-se por exemplo para um estudo de "Karting" uma verba de 500 contos e para a animação da dita Pista dá-se 1000 contos?

Relativamente aos Museus, referiu que tanto quanto se sabe o Museu da República é uma doação feita com um fim estrito e com uma vontade própria e que é a de implantar efectivamente esse Museu e não qualquer outro e que não está aqui tomado em consideração e de acordo com o que leu na comunicação social, parece que Lisboa está interessada neste Museu, querendo saber por isso duas coisas: a) se em relação ao Museu da República está tomada em consideração a hipótese de os doadores não o quererem de outra maneira, isto é, de o quererem apenas isoladamente como Museu da República; b) se em relação à Pista do Rio Novo do Príncipe a animação das freguesias rurais, concretamente no caso específico de Cacia, se a Câmara ao dotar Cacia apenas com mil contos para este efeito, tem porventura

conhecimento de que o Governo por qualquer modo tenciona proteger esta gente e com ela a cidade.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo-se à questão da inflacção de espaços culturais, disse que de facto se pode correr esse risco e que isso já por várias vezes tem sido abordado no seio da Câmara, no entanto pensa-se que é necessário que hajam esses espaços, que os mesmos existam para depois serem animados, sendo portanto esta a tal fase da edificação de que fala a Vogal Virgínia Veiga. Em relação ao Teatro Aveirense, a Câmara tem-se debatido com algumas dúvidas, têm existido contactos com os proprietários do imóvel e com a Direcção Geral de Espectáculos e a verba que está indicada no orçamento, é aquela que presumivelmente estará no PIDAC da Administração Central, concretamente na Direcção Geral de Espectáculos e seria por isso estulto por parte da Câmara se para este fim específico não contemplasse essa verba no orçamento.

Ainda relativamente ao Teatro Aveirense, disse que sobre esta questão tem havido alguns contactos, que há soluções alternativas, nomeadamente a Câmara propôs já ao Secretário de Estado da Cultura que o referido Teatro fosse Nacional, isto porque haveria toda a vantagem nisso, já que seria gerido directamente com a colaboração da Câmara e teria acesso à passagem de todos os espectáculos promovidos pela Secretaria de Estado da Cultura. Referiu que este assunto está a ser tratado e crê que talvez no primeiro semestre deste ano tenha que ser tomada uma decisão. Acrescentou que para a Câmara o mais vantajoso não é adquirir o dito espaço; todavia a Câmara terá que o adquirir se não houver outra alternativa, se o edifício se vier a degradar e deixar de ter actividade. A Câmara terá portanto que ter uma intervenção atendendo a toda a carga histórica que o referido edifício tem para a cidade de Aveiro. Salientou ainda que foi dito várias vezes nesta Assembleia que a cidade não o poderia perder, mas naturalmente, a Câmara gostaria que não fosse Municipal. A finalizar disse ainda que neste momento há uma grande indefinição sobre esta matéria e que por isso pouco mais pode adiantar neste momento.

Continuando no uso da palavra, disse também que há algumas dúvidas relativamente ao espaço da "Jerónimo Pereira de Campos", dada a sua rigidez de utilização e que dependerá muito da capacidade da Câmara para o aproveitar, tendo sido criada uma Comissão já no âmbito desta nova Câmara para fazer um estudo de aproveitamento desses espaços, a qual naturalmente se socorrerá de pareceres das pessoas; o projecto inicial deu essa rigidez

talvez até pela própria estrutura do edifício, o campo de manobra no que se refere à reconstrução daquele edifício não era muita, resultando daí também a preocupação da Câmara em ter capacidade para aproveitar este espaço.

Relativamente à implantação de um Pavilhão Gimnodesportivo na Freguesia de Vera-Cruz, disse que é uma hipótese, o INATEL tem o projecto e que o mesmo já não será implantado no local onde se previa e que uma das hipóteses é estudar com o INATEL uma futura localização do mesmo. No entanto esclareceu que se está a retomar o projecto do Sporting Clube de Aveiro, prevendo-se a ocupação do espaço que lhe foi cedido há anos na freguesia da Vera-Cruz para a construção de um complexo desportivo.

No que se refere à implantação de infraestruturas desportivas nas novas Escolas C+S, disse que não é intenção da Câmara excluir a Escola de Oliveirinha, mas pelo contrário tornar extensivo este projecto a todos os novos Estabelecimentos Escolares onde existam espaços disponíveis.

Relativamente à recuperação da Pista de Atletismo de Oliveirinha, disse pensar que não é legítimo nem justo que seja somente a Câmara ou a Junta de Freguesia de Oliveirinha a suportar os custos da recuperação da referida Pista, já que a mesma serve todo o distrito, devendo haver por isso nesta matéria outra intervenção que compense a Câmara de Aveiro do esforço que tem feito. Acrescentou ainda que deve ser negociada com a Associação de Atletismo a gestão daquele espaço, bem como as suas beneficiações.

No que se refere ao Pavilhão de Esgueira, esclareceu que o mesmo não foi doado à Escola Primária, havendo apenas um protocolo no sentido da sua utilização, quer pela referida Escola, bem como pela Escola Secundária e ainda pelo Clube de Esgueira.

A finalizar a sua intervenção e referindo-se ao Estádio Municipal Mário Duarte, reconheceu que o estado do mesmo não é o melhor e por isso foi beneficiado em termos de arrelvamento o Campo de Treinos, todavia o mesmo só agora vai poder ser utilizado e só a partir desta altura é que será possível iniciar-se a recuperação do relvado do campo principal.

Seguidamente o Vereador Celso Santos, teceu também algumas considerações no âmbito deste objectivo, evidenciando a necessidade de existir a inventariação do património arquitectónico municipal, o apoio à Música que passa pela distinção dos protocolos já firmados no âmbito desta matéria, bem como ainda aos núcleos de leitura nas freguesias. A finalizar, referiu-se ainda ao Museu da República, destacando que já foi feita a doação pelos

proprietários do seu espólio à Câmara e consequentemente esta deliberou aceitar a referida doação, tendo-se comprometido a preparar a instalação do referido Museu.

Usou ainda da palavra a Vereadora Maria da Luz, que começou por fazer uma explanação sobre cultura e museologia, abordando alguns aspectos específicos nestas áreas. De igual modo teceu considerações relativas ao Museu da República e sua instalação.

Seguidamente o Presidente da Mesa, deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar na Cantina Municipal.

Eram 21,00 Horas.

2ª PARTE

Pelas 22,00 Horas retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário João Gabriel Ferreira Santos, Vogais Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Elio Manuel Delgado da Maia, António José Rangel Leite Ferreira, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho,

Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando António Portela Rocha Andrade e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir retomaram-se os trabalhos:

OBJECTIVO 03 ACÇÃO SOCIAL

Feita a apresentação deste objectivo pelo Sr. Presidente da Câmara, de acordo com o texto inserido no Plano, usou da palavra o Vogal Joaquim Silveira para referir que vê inscrita uma verba de 5000 mil contos, destinada a Apoiar Instituições de Solidariedade Social, contudo o objectivo não é específico em relação a essas instituições de solidariedade já que não refere exactamente quais são, pensa no entanto que existem pelo menos duas que do seu ponto de vista são extremamente importantes e que são concretamente a CERCIAV e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES, sendo estas duas que melhor conhece a nível de Aveiro e que apoiam crianças deficientes a nível de todo o concelho e que têm enormes dificuldades. Salientou ainda que os apoios dados a nível do Governo Central são relativamente pequenos, apenas através do Centro Regional de Segurança

Social, considerando por isso que esta verba de 5000 contos mesmo que seja apenas para essas duas instituições, é um apoio extremamente pequeno. Lembrou ainda que outras Câmaras que antecederam esta, auxiliaram as referidas instituições de alguma forma, designadamente a nível de fornecimento de materiais e até de mão de obra por vezes. Assim e considerando outras verbas neste objectivo e não está em causa que sejam elevadas, pois não é essa a questão, mas o que pensa é que há outras verbas designadamente esta de 5000 contos que é extremamente pequena para quem tiver consciência da acção que desenvolvem estas duas instituições de solidariedade social, querendo saber por isso se estão previstas outras verbas ou se efectivamente a Câmara Municipal pensa quedar-se apenas por esta importância.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, quis saber qual o ponto da situação relativamente a projectos de âmbito regional, inseridos no Quadro Comunitário de Apoio e ainda quais as verbas destinadas ao combate à exclusão social e à pobreza. Perguntando também se o Plano agora proposto pela Câmara nesse aspecto não será curto, tendo em vista o aproveitamento desses programas. Assim, como há um envolvimento da Câmara noutras áreas na captação de fundos comunitários para programas de índole social, quis saber qual o ponto da situação do projecto de combate à pobreza na Qtª do Griné, o qual se previa que acabasse no final do ano transacto e se o mesmo vai ou não continuar e se neste tipo de intervenção não poderia a Câmara ir mais longe.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal João Tavares, disse que se verifica uma certa relutância da parte da Câmara Municipal em atribuir verbas para a freguesia de Esgueira, podendo-se constatar isso através das verbas insignificantes inscritas no objectivo, nomeadamente no apoio à construção do Centro Paroquial de Esgueira (1000 mil contos). Contudo e numa análise às verbas inscritas verificam-se parcelas mais significativas em relação a esta; nomeadamente para o Lar Metodista da Terceira Idade do Paço, onde se pode ver uma verba de 12 mil contos. Apesar de considerar que a referida verba poderá eventualmente não fazer face às necessidades daquela instituição, lembrou que a mesma é privada e que tem fins lucrativos. Por outro lado lamentou que sejam atribuídas verbas tão irrisórias a instituições de índole puramente social sem fins lucrativos.

Usando da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por salientar que todos os fundos afectos à acção social lhe merecem todo o encarecimento.

Relativamente à rubrica destinada ao Apoio à Toxicodependência e Alcoolismo etc., cujo montante inscrito é de mil contos, considerou que se trata de uma verba puramente simbólica. Todavia, disse estar convencido que a Câmara naturalmente manifestará todo o espírito de colaboração em relação a iniciativas neste âmbito. Prosseguindo, esclareceu que com a reestruturação do Projecto Vida do Programa Nacional de Combate à Droga e designadamente com a escolha do Padre Feytor Pinto como Alto Comissário para o Projecto Vida, esta estrutura foi dotada de meios financeiros que permitem que instituições não governamentais concorram a financiamentos para acções concretas que entendam levar a cabo no âmbito da prevenção quer contra a toxicodependência, alcoolismo, Sida etc.. Nessa medida, disse que oportunamente se fez chegar à Câmara Municipal a respectiva documentação com o pedido de ser distribuída pelas organizações não governamentais do concelho e que se porventura tal documentação se extraviou, pediu que tal lhe fosse comunicado a fim de poder enviar novamente essa mesma documentação, isto porque hoje há possibilidade de o fazer. Acrescentando ainda que lhe têm chegado propostas de iniciativas no âmbito desta matéria, da maior parte dos concelhos do distrito, todavia com algumas excepções como é o caso do concelho de Aveiro.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, começou por referir que o Plano neste aspecto como em muitos outros, cobre o leque de preocupações que tipicamente atingem as pessoas preocupadas com este tema. De facto a Câmara afecta verbas a acções no âmbito da infância, da terceira idade, bem como aos aspectos de lazer e de recreio gerados nas instituições que existem no concelho para apoiar acções de carácter social. Prosseguindo, disse também notar bastante pragmatismo na distribuição das verbas, sobretudo para Lares da Terceira Idade e que a Câmara planeia correctamente esta acção potenciando a sua própria acção, na medida em que confia tal matéria aos organismos existentes, não sendo ela própria a acorrer directamente a este tipo de necessidades. Por último salientou ainda que do seu ponto de vista lhe parece que as verbas efectas no âmbito desta matéria lhe parecem equilibradas, atendendo à verba global orçamentada no Plano.

No uso da palavra o Vogal Rosa Pires, começou por referir que tem alguma dificuldade em analisar as acções inscritas neste objectivo e depois em pronunciar-se sobre as mesmas, isto porque em sua opinião não há nada que enquadre as propostas, ou seja que esclareça sobre a razão de ser dessas

propostas, como por exemplo porque é que são estas as acções e não outras, o que é que foi tido em consideração, em suma quais são as grandes questões que se colocam no domínio da acção social. Prosseguindo, referiu ainda que é evidente que a Câmara não pode acudir a tudo é preciso também contar com o sector voluntário, com o Estado; todavia é necessário também dizer às pessoas que existem estes problemas com mais intensidade nalguns lados do que noutros e que portanto é preciso dar apoios, sendo por isso fundamental o enquadramento das propostas para compreensão do problema.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal José Maria da Silva, solicitou esclarecimentos relativos a uma verba inscrita no Plano de 93, destinada a adaptação do antigo Edifício Sede da Junta de Freguesia de Cacia, para Centro de Dia e Museu, isto porque no objectivo agora em discussão nada está contemplado para esse fim. Acrescentou que está preocupado com esta situação, tanto mais que o edifício em questão ameaça ruína e ainda porque o mesmo se encontra numa zona de muito movimento, concretamente junto ao Mercado de Cacia, podendo desta forma vir a representar um perigo iminente para quem frequenta aquele local.

Usando seguidamente da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que existe uma filosofia implícita ou emanente neste objectivo e que é esta: a Câmara tem entendido que cada comunidade deve começar a gerir os seus próprios problemas e deve criar solidariedades locais, isto significa que cada freguesia deve ter os seus mecanismos próprios, pois os mesmos são enriquecedores do tecido social e a partir disso partir para a execução em cada freguesia e na medida do possível e tendo como base as instituições particulares de solidariedade social, bem como outras associações existentes, dar-lhes apoio na criação das condições para que a solidariedade seja feita.

No que se refere à terceira idade e concretamente aos Centros de Dia, disse que uma grande parte destes edifícios que aqui estão previstos têm outros fins para além da cultura e que é construção de Centros de Dia. No caso de Eixo em que aparece o Centro Cultural, dado o projecto do Centro de Dia ser outro, todavia já quando se fala na Costa do Valado, Centro Social de Horta, S. Jacinto, Eirol e Paço, no fundo a Câmara está a criar condições e a ajudar a criar condições a estas instituições para que aí se faça uma política de solidariedade, sendo esta a filosofia emanente. Em projectos dimensionados a nível de cada freguesia na altura da sua elaboração, naturalmente têm em

consideração quer a população, quer a percentagem das pessoas mais idosas etc., estando por isso a Câmara a apoiar o dinamismo da própria sociedade civil.

No que se refere às instituições de solidariedade social e à P.P.A.C.D.M, o apoio da Câmara tem sido a nível da cedência do terreno, do projecto, no apoio à construção, bem como nos arranjos exteriores que atingem largos milhares de contos. Daí o grande esforço da Câmara para este tipo de acções.

Relativamente ao apoio à pobreza, disse que de facto a Câmara não contemplou esse aspecto, por entender que são privilegiadas as candidaturas que não sejam das autarquias, no que se refere aos problemas de reintegração social que estão previstas no Quadro Comunitário de Apoio.

Relativamente a matéria de toxicoddependência, referiu que a mesma está contemplada em duas rubricas; Saúde e Acção Social, isto porque a Acção Social incide sobre apoio a instituições particulares de solidariedade social e as de Saúde podem ser iniciativas da Câmara, acrescentando que as verbas inscritas nestas rubricas, foram aquelas que foram indicadas à Câmara como efectivamente suficientes.

Finalmente, disse reconhecer que de facto a questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cacia, é de facto pertinente, já que o velho edifício que foi sede da Junta de Freguesia, merece ser alvo de reparo e que a Câmara em colaboração com a Junta envidará esforços tendentes à resolução do problema ainda durante o ano em curso.

OBJECTIVO 04

SAÚDE

Feita a apresentação deste objectivo pelo Sr. Presidente da Câmara, usou da palavra o Vogal Armando Vieira, para mais um vez referir que se continua a verificar uma certa discriminação nesta e noutras matérias em

relação a algumas freguesias, nomeadamente a de Oliveirinha. Continuando-se assim a privilegiar determinadas freguesias em detrimento das restantes, o que em sua opinião não pode continuar.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, começou por saudar a questão da continuação do Centro de Saúde de Aveiro, entretanto disse não poder deixar de alertar para a necessidade de pressão política continua para que as verbas venham, para que as coisas andem para a frente e não haja atrasos supervenientes em relação ao projecto. Regozijando-se também pelo facto da Câmara apresentar como objectivos prioritários o avançar neste Plano com a elaboração dos projectos do Centro de Saúde de Esgueira e de Oliveirinha. Entende também que para além das questões do Plano de Actividades a Câmara deve ter uma intervenção política mais acentuada na defesa do Hospital de Aveiro e das suas valências. A finalizar quis saber se não está prevista a eleição de um elemento da Assembleia Municipal que represente este órgão junto daquela unidade Hospitalar.

No uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por reconhecer que tem havido uma articulação muito feliz e frutuosa entre a Câmara Municipal e o Ministério da Saúde, no entanto esclareceu que de um total de 102.800 contos, inscritos para este objectivo, 70 mil vêm de facto da Administração Central.

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, referindo-se à questão da eleição de um membro deste órgão para representante da autarquia junto do Hospital de Aveiro, disse que o Hospital tem um órgão que é o Conselho Geral, constituído por funcionários do Hospital e por elementos representantes da Comunidade. Acontece que esse Conselho Geral tem uma determinada duração do seu mandato e quando oportunamente o Hospital tem necessidade de renovar o seu Conselho Geral ou de o constituir, nessa altura solicita esses elementos.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por dizer que em relação à freguesia de Oliveirinha o apoio à construção da sede da Junta, vem no objectivo 03 e que quando se fizer o projecto da Sede da Junta farse-á também o projecto do equipamento médico, daí talvez a razão porque não esteja aqui incluído neste objectivo. Relativamente às verbas provenientes da Administração Central para o Centro de Saúde de Aveiro, esclareceu que mesmo com o acréscimo de 30% por parte

da Câmara, considera as mesmas insuficientes esperando por isso que venham mais apoios da administração central.



OBJECTIVO 05

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

No uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por salientar que o objectivo em causa é um objectivo amplo, extenso e com verbas bastante elevadas. No campo da habitação, disse que o desafio no ano em curso é fundamentalmente a continuação da Habitação Social nas freguesias rurais e por isso fez mais uma vez o apelo aos Presidentes de Junta no sentido de colaborarem com a Câmara com vista à procura e disponibilização de terrenos, uma vez que há possibilidades de se virem a construir mais fogos.

No que se refere ao Planeamento, disse que no ano em curso o P.D.M. será o fulcro e a questão Central do Planeamento Urbanístico, fazendo ainda referência a vários Planos de Pormenor os quais naturalmente serão complementares do P.D.M., com verbas de facto irrisórias dado que se presume que tais Planos de Pormenor sejam feitos pelos Gabinetes internos da Câmara, gabinete este que terá que ser objecto de alguma reestruturação no ano em curso para poder vir a dar resposta aos desafios do P.D.M..

A finalizar teceu ainda algumas considerações sobre iluminação pública e aos encargos que esta tem para a Câmara e ainda no que toca a Urbanização referiu-se à construção de infraestruturas em novas urbanizações com uma verba de 231 mil contos, sendo esta significativa, atingindo assim o montante global deste objectivo 793 mil contos, sendo por isso de facto o mais pesado do Plano.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal João Tavares, para fazer referência a uma situação bastante desagradável passada no Bairro da

Bela Vista com o realojamento de pessoas e por isso colocou a hipótese de se criar mais um espaço naquela zona destinado a habitação social dadas as carências de habitação que se fazem sentir não só naquele local como também nos lugares de Mataduços e Paço.

A finalizar chamou ainda atenção para a fraca iluminação que se faz sentir na sua freguesia especialmente na zona habitacional do "Carramona", bem como das consequências que daí podem resultar para a população.

Novamente no uso da palavra o Vogal Rosa Pires, reiterou mais uma vez a crítica já por si assumida na sua intervenção em relação a este Plano. Prossequindo, disse que a postura que está perante os desafios que se colocam neste objectivo é em sua opinião incorrecta. Considerou que o P.D.M., deve ser tido como um estímulo, pois o mesmo levantou muitas questões sobre a cidade e sobre a forma como a cidade estava a evoluir, havendo mesmo segundo este Vogal uma expressão algures que diz que tem sido de forma "caótica". E por isso tem que ser um estímulo para se pensar mais neste problema, pois há **concerteza aspectos a aprofundar e mais reflexão a fazer**. Disse ainda que se se analisar aquilo que está previsto em termos de Planeamento urbanístico, dá a impressão que o P.D.M. quase fechou e que agora é uma questão de o implementar, o que em sua opinião não pode ser, pois se Aveiro quer ser o centro de uma área de influência mais vasta é óbvio que tem que ser reconhecida importância e capacidade de liderança e a Câmara deveria de ter "caprichado" de ter um dos melhores PDMs da zona. Acrescentou ainda que se Aveiro se quiser manter proeminente obviamente que tem que mostrar capacidade para isso.

Usando também da palavra o Vogal Armando Vieira, chamou atenção da Câmara para o facto de que na freguesia de Oliveirinha também se encontram focos de pobreza e de carência habitacional a necessitarem de premente resolução. Prossequindo, apelou à Câmara para que adquira imediatamente terrenos destinados à construção de habitação social e salientou que enviou à Câmara um ofício tendo em vista a possível aquisição de um terreno enquadrado em P.D.M., cuja capacidade de construção é de doze moradias, todavia lamentou o facto de que até à data não tenha obtido resposta por parte do Executivo Municipal, pois gostaria de ver este problema resolvido. A finalizar solicitou também o apoio da Câmara para o realojamento de uma família que se encontrava numa casa que ruiu e que precariamente foi realojada com a ajuda de um particular. Quis saber também quais as freguesias que vão

ser contempladas com programas de habitação social. Relativamente à iluminação pública solicitou que a Igreja matriz de Oliveirinha fosse contemplada nesta matéria.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Sequeira Pereira depois de ter tecido algumas considerações sobre a matéria em apreço, enalteceu a política seguida pela Câmara na elaboração deste Plano, considerando-a a mais eficaz tendo em vista a resolução dos problemas do concelho.

No uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, começou por referir que há um quadro de fundo que tem penalizado as urbanizações levadas a cabo pela autarquia, nomeadamente aquelas que têm resultado de hastas públicas promovidas pela Câmara. Segundo este Vogal, a Urbanização da Forca-Vouga está a correr mal, a Urbanização de Sá-Barrocas está de igual modo a correr mal, bem como outras Urbanizações deste tipo, que nasceram com determinados objectivos e até com determinada qualidade, estão actualmente no terreno com muito mau aspecto e a criarem graves problemas aos empreendedores. Acrescentou ainda que faz neste órgão, eco da opinião que a maior parte dos industriais da construção civil, que se queixam de que as construções que são concluídas não têm na altura condições de acessibilidade, não estando as zonas estruturadas conforme a lei obriga, considerando por isso que não seria pedir um esforço suplementar ao orçamento municipal, que as infraestruturas destas zonas que são objecto de hastas públicas, sejam previamente executadas à conclusão dos edifícios, pois a Câmara quando realiza os leilões arrecada de imediato uma parcela destinada à infraestruturação das referidas áreas.

Finalmente quis saber qual o ponto da situação relativamente à Urbanização das Agradas do Norte, uma vez que, ao contrário de Planos anteriores este nada diz quanto a esta matéria.

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por esclarecer que relativamente às Agradas do Norte, a mesma não foi metida no Plano intencionalmente, porque existem de facto problemas nalgumas Urbanizações como em Sá-Barrocas e Forca-Vouga e que a Câmara têm que dar prioridade aos mesmos.

Relativamente à Habitação Social nas freguesias rurais, disse que o primeiro investimento na freguesia de Oliveirinha nesta matéria, vai ser o aproveitamento de um terreno propriedade da Câmara no lugar das Quintans, sendo este o único local disponível para o efeito naquela freguesia,

independentemente dos contactos que houve para a aquisição de outro terreno que o Sr. Presidente da Junta fez referência e que é uma hipótese de aquisição. Acrescentou ainda que as freguesias contempladas nesta matéria são aquelas que têm já empreendimentos, concretamente Esgueira, Eixo e S. Jacinto. Relativamente à iluminação da Igreja de Oliveirinha, disse que a mesma será incluída a seu tempo no programa de iluminação. Prosseguindo teceu algumas considerações relativas aos Planos de Pormenor, disse que é uma área em que tem que se reflectir na sequência dos mesmos e ainda durante o P.D.M.. A finalizar e referindo-se às questões levantadas pelo Sr. Presidente da Junta de Esgueira relativas ao realojamento de uma família no Bairro da Bela Vista, disse desconhecer o problema e quanto à má iluminação que se faz sentir na freguesia de Esgueira, salientou que a Câmara irá envidar esforços tendentes à resolução desse e de outros problemas que se fazem sentir no concelho no âmbito desta matéria.

Entretanto saiu da sala a Vogal Virgínia Veiga.

OBJECTIVO 06

SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Feita a apresentação deste objectivo pelo Sr. Presidente da Câmara, usou da palavra o Vogal Victor Mangerão, que depois de salientar que a Feira do Ambiente, foi de facto uma iniciativa bastante positiva, teceu algumas considerações sobre as dragens do Canal Central.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, lembrou que em matéria de resíduos sólidos estava previsto no mandato anterior a aprovação de um Regulamento de Resíduos Sólidos, esperando por isso que neste mandato tal matéria possa ser agendada para uma das reuniões deste órgão. Prosseguindo, disse que vê inscrita neste objectivo uma verba de 84 mil contos para a Implementação do Plano Geral de Telegestão. Por outro

lado no Plano dos S.M.A., existe também uma verba de 60 mil contos destinada igualmente à implementação do Sistema de Telegestão e Drenagem e Tratamento de Esgotos, querendo saber por isso qual o motivo da existência de duplicação de tais verbas para o mesmo fim. Relativamente à dragagem do Canal Central chamou ainda atenção para o facto da dragagem ter sido feita no ano de 93, sem que tal obra estivesse contemplada no Plano, vindo agora à posteriori a ser contemplada no Plano de 94. A finalizar e no que se refere à Feira do Ambiente, considerou que tal iniciativa foi bastante positiva para Aveiro.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Joaquim Silveira, chamou atenção para o facto do concelho de Aveiro ter muitas carências no âmbito do saneamento básico e mesmo no abastecimento de água, sendo por isso de opinião que a Câmara não tem dado atenção necessária a tais problemas não só na cidade de Aveiro, como em todo o concelho.

A finalizar e no âmbito da recolha de lixos considerou insuficientes o número de contentores distribuídos por todo o concelho, chamando ainda atenção para a deficiente limpeza e desinfecção dos mesmos, sendo ainda de opinião que a recolha do lixo não está a ser feita com a eficácia necessária.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

Também no uso da palavra o Vogal António Salavessa, teceu algumas considerações sobre esta matéria, acrescentando ainda que comunga da dúvida colocada pelo Vogal Custódio Ramos no que respeita à duplicação de alguns investimentos previstos quer no Plano da Câmara, quer no Plano dos S.M.A, concretamente no que diz respeito à Implementação do Plano Geral de Telegestão, solicitando por isso esclarecimentos sobre os motivos que originaram e justificaram essa duplicação.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Raul Martins, começou por referir que é necessário proceder-se à limpeza e desinfecção dos contentores de lixo, citando por exemplo um caso que é do seu conhecimento pessoal, em Verdemilho, junto ao Centro Paroquial, cujos contentores se encontram sempre em manifesta situação de insalubridade.

Relativamente à dragagem do Canal Central, salientou que a mesma foi feita deficientemente tendo em resultado disso, provocado o desmoronamento dos muros de suporte, querendo saber quem vai responder pelos prejuízos causados e quem autorizou essa empreitada, já que, no Plano de Actividades do ano transacto nada consta quanto a esta matéria; o trabalho

pelos vistos está quase concluído, pretendendo-se agora uma aprovação a posteriori para que possa ser pago. Em face disso, requereu ao Sr. Presidente da Mesa que solicite ao Sr. Presidente da Câmara uma listagem de todas as obras que foram feitas e que estão inscritas no Plano e Orçamento de 1993 e que apenas aguardam a aprovação deste órgão para poderem ser pagas, isto porque, disse pensar que algumas das obras feitas são ilegais e algumas até lhe doeram mais profundamente porque foram feitas em manifesto período eleitoral a apressadamente.

No uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, teceu também algumas considerações relativas ao objectivo em apreço, reiterando de igual modo as posições já assumidas no que respeita à dragagem do Canal Central. Acrescentou ainda que a referida obra pôs em perigo a estabilidade dos muros de suporte, tal como pôs em perigo a estabilidade das condutas, pelo facto de se fazerem obras deste tipo sem que antes, houvesse um estudo prévio fundamentado ou por as mesmas serem executadas por empresas que não estavam devidamente habilitadas para o efeito. A finalizar referiu que para além de não resolver o problema da Ria, depara-se com aquele espectáculo que é a ruína das suas margens.

Seguidamente o Sr. Presidente da Câmara, começou por esclarecer que o destino final dos resíduos sólidos deve ser feito por Associação de Municípios. No que respeita ao Regulamento dos Resíduos Sólidos, disse que o mesmo se encontra concluído e que só não foi presente a esta reunião por haver sobrecarga da agenda de trabalhos, mas que numa próxima reunião será submetido à apreciação deste órgão.

Relativamente à questão do saneamento básico, disse tratar-se da grande prioridade depois de resolvida uma questão fundamental que é todo o sistema estruturante do sistema de esgotos. Reconheceu que de facto Aveiro, é o concelho que tem uma taxa mais baixa de cobertura em termos de saneamento básico a nível do país, acrescentando que muitas vezes tem-se já questionado sobre esta matéria, dado que existem aldeias no interior do país onde foram investidos milhares de contos nesta infraestruturas e que muitos países estão hoje já a adoptar pequenas soluções para os pequenos aglomerados habitacionais, com vista a impedir precisamente os grandes custos. Informou ainda que Aveiro deve introduzir nos próximos anos nas pequenas comunidades, Estações Compactas, e que com os fundos Comunitários que aí vêm devem-se fazer projectos nesse sentido.

No que se refere à rede pública de água, considerou que o concelho de Aveiro tem uma cobertura bastante aceitável (97%).

Finalmente quanto aos contentores de lixo, reconheceu que algo tem que ser feito nesta matéria, como por exemplo a substituição dos mesmos por contentores de outro tipo de material, dado o actual ser bastante ruidoso e ainda por não reunir as melhores condições para a lavagem e conseqüente desinfecção e que por isso durante o ano em curso a Câmara terá que ver se consegue o apoio da Secretaria de Estado de Ambiente, para, ao abrigo dos fundos comunitários proceder a uma remodelação significativa no âmbito desta matéria.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Manuel António Coimbra, João Ferreira da Peixinha e João Pedro Dias.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, referindo-se à Implementação do Plano Geral de Telegestão e à duplicação de verbas inscritas quer no Plano da Câmara, quer ainda no Plano dos S.M.A., disse que **se tratam de verbas provenientes de fundos comunitários que tiveram início com o programa MEREC e que se mantiveram até hoje, aparecendo essa duplicação porque se trata de uma transferência de verbas da Câmara para os S.M.A..**

Relativamente à questão da dragagem do Canal Central, fez um pequeno historial de toda a situação, esclarecendo que a Câmara foi a entidade competente que autorizou o referido trabalho, dado que na altura se achou oportuno a execução do mesmo face às condições existentes. Informou também que no âmbito desta matéria existia um acordo entre a JAPA e a Câmara Municipal, tendo a primeira entidade fornecido o projecto, cabendo-lhe de igual modo a responsabilidade de fiscalização da obra, muito embora a Câmara suporte os custos parcialmente, cabendo uma parcela à JAPA e ainda outra à TRANSRIA. Assim, nestas condições a Câmara entendeu fazer o ajuste directo da obra e submeter consequentemente a matéria à apreciação desta Assembleia; todavia não houve quórum na reunião da sessão ordinária de Dezembro, o que impossibilitou a sua aprovação por este órgão.

A finalizar, acrescentou que a responsabilidade dos prejuízos causados terá que ser imputada na sua essência à empresa que executou a obra, dado que a mesma não cumpriu na íntegra o projecto que a JAPA forneceu. Em suma disse tratar-se de um problema que está a ser estudado entre a Câmara Municipal, a Dragapor e a JAPA.